

A economia do cacau em Gana no início do século XXI

The cocoa economy in Ghana in the early 21st century

Kauê Lopes dos Santos

London School of Economics and Political Sciences – LSE

kauegeo@gmail.com

k.lopes-dos-santos@lse.ac.uk

Resumo

O cacau tem desempenhado um papel crucial para a economia de Gana no início do século XXI, representando um dos principais itens da pauta de exportação do país, que é também o segundo maior exportador das sementes desse fruto no mundo, atrás apenas da Costa do Marfim. A luz do conceito de formação socioespacial, desenvolvido por Milton Santos na década de 1970, este estudo tem o objetivo de analisar como se constituem os arranjos entre as forças produtivas e as relações de produção na atividade cacauceira ganense. Para tanto, a metodologia empregada está estruturada na coleta e análise de dados qualitativos e quantitativos obtidos em fontes primárias e secundárias. Como resultado desta pesquisa, observou-se que múltiplos aspectos contemporâneos da atividade cacauceira em Gana derivam da particularidade com que o modo de produção se desenvolveu nesse país ao longo do tempo, especificamente no que diz respeito às condições técnicas e normativas do processo produtivo. Esse resultado reitera também a relevância metodológica do próprio conceito de formação socioespacial para os estudos geográficos contemporâneos.

Palavras-chave: cacau, commodity, formação socioespacial, Gana, África Ocidental

Abstract

Cocoa has played a crucial role for the economy of Ghana at the beginning of the 21st century, representing one of the main items on the country's export balance, which is also the second-largest exporter of the seeds of this fruit in the world, only after the Ivory Coast. In the light of the concept of socio-spatial formation, developed by Milton Santos in the 1970s, this study aims to analyze how the arrangements between the productive forces and the production relations in Ghanaian cocoa activity are constituted. To this end, the methodology employed is based on the collection and analysis of qualitative and quantitative data obtained from primary and secondary sources. As a result of this research, it was observed that multiple contemporary aspects of the cocoa activity in Ghana derive from the particularity in which the mode of production developed in that country over time, specifically concerning the technical and legal conditions of the production process. This result also reiterates the methodological relevance of the concept of socio-spatial formation for contemporary geographic studies.

Keywords: cocoa, commodity, socio-spatial formation, Ghana, West Africa

Introdução

Nos últimos anos, o cacau teve a sua posição consolidada como o terceiro produto mais importante da economia de Gana. Embora a semente desse fruto tenha sido a principal commodity do país durante a maior parte do século XX, os valores obtidos com a sua exportação foram superados pelos valores da exportação do ouro, em 1992, e do petróleo, em 2012. Recentemente, em 2018, as vendas de semente, pasta e manteiga de cacau ganense no mercado internacional acumularam, quando somadas, o valor de 2,5 bilhões de dólares, o equivalente a 12% do total das exportações nacionais (OEC, 2020).

Na escala planetária, nesse mesmo ano, Gana foi o país de origem de 19,3% das sementes de cacau exportadas no mundo, ficando atrás somente da Costa do Marfim, responsável por 38,4%. Outros importantes exportadores dessa commodity são: Nigéria e Camarões (na África), Malásia e Indonésia (na Ásia), Papua Nova Guiné (na Oceania) e Equador e Brasil (na América do Sul) (OEC, 2020). Em comum, esses países compartilham determinados aspectos físico-naturais de seus territórios – em especial a ocorrência de tipos climáticos equatoriais e tropicais, com chuvas frequentes e solos bem drenados –, os quais são fundamentais para compreender a potencialidade para o cultivo do cacauzeiro (*Theobroma cacao*).

Para além desse entendimento preliminar acerca das características climáticas e pedológicas dos terrenos onde o cacauzeiro é cultivado, quais outros aspectos devem ser considerados na elaboração de uma análise sobre a economia do cacau? Como ocorre a produção desse fruto? Quais são as técnicas empregadas para o processamento de suas sementes após a colheita? De que maneira se viabiliza a circulação, distribuição e consumo dessa commodity pelo mundo? Como os agricultores, o Estado e outros atores econômicos se organizam nesse processo?

Diante dessas questões, o objetivo deste artigo é analisar a organização da economia cacauzeira em Gana, buscando entender as particularidades com que se configuraram as articulações entre as forças produtivas e as relações de produção nesse território. Para tanto, a análise aqui apresentada foi desenvolvida com base no conceito

de formação socioespacial.¹

Criado por Milton Santos na década de 1970, a partir das noções marxistas de formação social (e formação econômica e social), o conceito de formação socioespacial está a serviço da ciência geográfica justamente por explicitar a relevância do espaço como uma variável no entendimento das particularidades com que determinado modo de produção se desenvolve historicamente, na escala do território nacional (SANTOS, 1977).

A economia do cacau em Gana só pode ser entendida a partir dos arranjos estabelecidos entre terra, maquinários, instrumentos, insumos, infraestruturas, mão de obra e, certamente, todas as relações de propriedade que se projetam sobre esses meios de produção e sobre a força de trabalho. Esses arranjos em Gana são produtos da dialética do processo histórico e dizem respeito apenas à esse território, à essa formação socioespacial, não podendo explicar, portanto, o desenvolvimento da economia cacauera na Costa do Marfim, na Nigéria, no Equador ou em qualquer outro espaço geográfico do mundo tropical ou equatorial.

Este artigo está organizado em três sessões, para além dessa introdução. Na primeira, delas, serão apresentadas e justificadas as escolhas metodológicas empregadas no estudo. Na sessão seguinte serão apresentados os resultados obtidos, atentando a história do cacau em Gana, bem como as particularidades de sua produção, circulação, distribuição e consumo. Por fim, nas considerações finais, esses resultados são retomados de forma sintética, reiterando-se não apenas a relevância, mas também a atualidade do conceito de formação socioespacial para a ciência geográfica contemporânea.

Metodologia

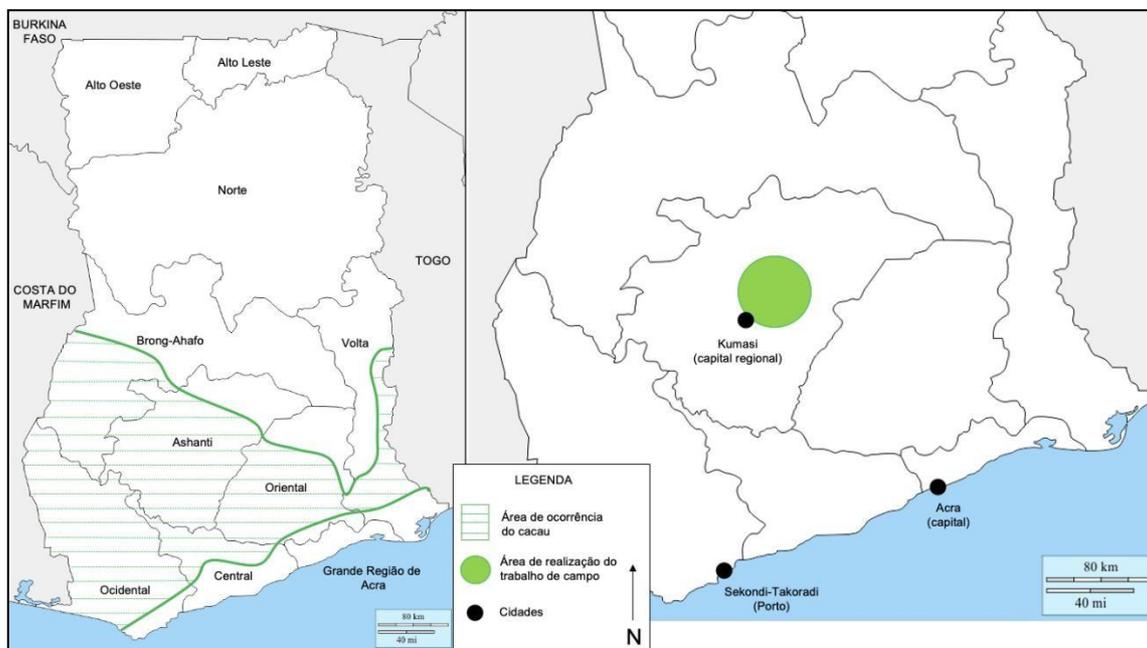
A análise sobre a economia do cacau em Gana no início do século XXI foi construída na condição de um estudo de caso. A premissa de que esse país da África Ocidental deve ser interpretado a partir do conceito de formação socioespacial foi fundamental para orientar os caminhos da pesquisa.

¹ Este artigo deriva de um aprofundamento de minha pesquisa de doutorado sobre Gana cuja tese foi defendida em 2017 pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Conferir Santos (2017).

A coleta e a análise de dados qualitativos e quantitativos foram os procedimentos metodológicos utilizados. Os dados quantitativos apresentados neste artigo foram obtidos em fontes secundárias diversas, especialmente em livros e artigos de divulgação científica, além de leis, decretos e relatórios setoriais. Os dados qualitativos, por sua vez, foram obtidos nessas mesmas fontes secundárias, mas também em pesquisa de campo realizada no ano de 2016. Foram realizadas dez entrevistas (de questões semiestruturadas) na região Ashanti (Mapa 1) e duas entrevista (de questões abertas) em Acra, com funcionários de Relações Públicas a empresa estatal *Ghana Cocoa Board* (COCOBOD), a principal responsável por incentivos produtivos, transporte e comercialização das sementes de cacau ganense.

Os dados coletados nessas entrevistas foram fundamentais para a compreensão do encadeamento das atividades da economia cacauceira na formação socioespacial estudada. Entre os agricultores – todos entrevistados do sexo masculino, ganenses, com idades entre 19 e 53 anos –, foi possível compreender as sucessivas etapas do processo produtivo em si. Já entre os membros do COCOBOD – um homem e uma mulher entrevistados, ambos ganenses, com 32 e 44 anos, respectivamente – comunicou-se, em tom marcadamente institucional, a relevância da empresa para a o transporte e comercialização das sementes de cacau no mercado internacional e nacional.

Mapa 1. Região de cultivo do cacau em Gana e localidades do trabalho de campo



Fonte: COCOBOD (2020) e trabalho de campo do autor (2016).

A articulação entre os dados qualitativos e quantitativos serviram a compreensão de uma economia que se desenvolve no território ganense antes mesmo desse integrar a Divisão Internacional do Trabalho como um Estado independente. A articulação entre as forças produtivas e as relações de produção neste estudo de caso revela o peso do processo histórico para a compreensão de um território, uma formação socioespacial.

O cacau na história de Gana

Fruto nativo das porções amazônicas da América do Sul (EMBRAPA, 2019), o cacau chegou à colônia britânica da Costa do Ouro apenas no final do século XIX. O primeiro cultivo comercial de cacauzeiros ocorreu em 1879 nas proximidades de Akuapim-Mampong, uma pequena cidade que, atualmente, está localizada na região Ocidental da formação socioespacial ganense (BOATENG, 1959).

O cultivo inaugural do cacau foi coordenado por Tetteh Quashie, um agricultor que trouxera, no mesmo ano, as sementes da Ilha de Fernando Po (atual Guiné Equatorial). Ocorrida quatro anos depois, em 1883, a primeira colheita do fruto foi

vendida aos fazendeiros locais e, em 1885, Quashie fez a primeira exportação de sementes. A partir de então, a administração britânica passou a apoiar e investir nessa cultura, que se espalhou, gradualmente, por outras áreas da região Ocidental da colônia.

Nas primeiras décadas do século XX, o cultivo de cacauzeiros chegou às regiões de Ashanti e Brong-Ahafo (BOAHEN, 1975). Essa ampliação se intensificou nas décadas de 1920 e 1930 graças às melhorias obtidas nas infraestruturas ferroviárias, rodoviárias e portuárias. No ano de 1936, a Costa do Ouro passou a figurar então como a maior produtora de cacau do planeta, tendo registrado uma exportação superior as 300 mil toneladas de sementes do fruto (BOAHEN, 1975).

Durante o período de colonização britânica na Costa do Ouro – entre 1821 e 1957 –, o cultivo do cacau desenvolveu-se em pequenos loteamentos pertencentes à população local. Cabia à administração metropolitana, contudo, a determinação da quantidade a ser produzida (em toneladas), a compra do fruto das mãos dos produtores, e, subsequentemente, o seu transporte e comercialização no mercado internacional através do *Cocoa Marketing Board* (CMB), empresa colonial fundada em 1947.

Da independência, em março de 1957, até os dias atuais, a formação socioespacial ganense observou permanências e transformações nas relações de produção associadas ao universo da economia cacauzeira. Por um lado, ao longo desse período de mais de seis décadas, houve a manutenção do cultivo do fruto em pequenas propriedades, onde os agricultores locais utilizam formatos seculares de contratos relativos ao uso da terra e às relações de trabalho.

Contudo, entre 1957 e 1966, durante o governo nacionalista do presidente Kwame Nkrumah, foram criadas as *State farms*, que eram grandes propriedades do Estado destinadas à produção de cacau e de outros gêneros agrícolas, como arroz e tubérculos (MIRACLE e SEIDMAN, 1968). Já no que diz respeito ao transporte e comercialização do cacau, o Estado desempenhou um papel central por meio do controle da CMB que, em 1979, tornou-se o *Ghana Cocoa Board*, nacionalmente conhecido como COCOBOD (AMOA, 1998).

Na história de Gana, os principais atores envolvidos nas relações de produção do cacau foram nacionais, representados pela atuação dos próprios agricultores locais (na produção) e pela atuação do Estado (na circulação, distribuição e comércio). Nas quatro décadas que se seguiram à independência, o cacau protagonizou a pauta de exportações

ganenses, de modo que as variações de seu preço no mercado internacional tornaram-se um elemento crucial na entrada de divisas do país.

É fundamental mencionar ainda que, no final da década de 1980 e início da década de 1990, uma significativa desvalorização do preço do cacau – cuja tonelada passou de 2.113 libras, em 1985, para 684 libras, em 1992 – acarretou profundos impactos nas arrecadações do governo, o que gerou uma redução da capacidade do Estado para subsidiar os setores primários e secundários da economia e da capacidade de manter algumas infraestruturas do território, especialmente as de transporte e energia, que se encontravam em situação precária na época.

A marcada desvalorização do preço da semente de cacau esteve relacionada a dois motivos principais: a elevada produção da mercadoria no mundo, fenômeno esse decorrente da ampliação de seu cultivo em outros países (como Costa do Marfim, Brasil e Malásia) e, ao mesmo tempo; a substituição dos derivados do cacau (como pasta e manteiga) por óleos vegetais nas indústrias de chocolate espalhadas por todo o mundo (HUTCHFUL, 2002).

Esse cenário resultou também na queda da produção de cacau no território ganense, o que comprometeu ainda mais a entrada de divisas no país, tornando a situação extremamente crítica na década de 1980. Nesse contexto de crise, o governo do presidente Jerry John Rawlings (de 1979 até 2001) acatou parcialmente o receituário de liberalização proposto pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Esse receituário buscava, fundamentalmente, ampliar os incentivos à produção de commodities (como o cacau e o ouro) e reformar / privatizar empresas estatais como o COCOBOD (HUTCHFUL, 2002).

Nesse contexto de adequação política às premissas do neoliberalismo, o COCOBOD foi reorganizado em divisões de operação e subsidiárias (que estavam ainda integralmente sob controle do Estado). Em seguida, o Banco Mundial e o FMI estabeleceram um conjunto de prerrogativas para viabilizar a oferta de crédito à produção da commodity. Essas prerrogativas objetivavam: a redução dos cargos públicos na atividade; o fim dos subsídios aos produtores (que ajudavam na compra de fertilizantes, pesticidas e sementes); a racionalização das pequenas fábricas de processamento do cacau (que transformavam as sementes em pasta ou manteiga) e a privatização de algumas tarefas que incidiam sobre o COCOBOD (ou suas empresas estatais subsidiárias), como

marketing, transporte e pesquisa (HUTCHFUL, 2002).

De modo geral, muitos desses objetivos foram alcançados, como a redução de subsídios públicos aos agricultores, a quebra no monopólio do transporte do cacau (que ficava a cargo exclusivamente da *Produce Buying Company*, subsidiária do COCOBOD) e a redução no funcionalismo público na empresa (que passou de 101 mil trabalhadores, em 1984, para 42 mil, em 1991) (HUTCHFUL, 2002).

Outro marco foi a quebra do monopólio do COCOBOD em 1991, permitindo que compradores privados (nacionais e estrangeiros) fossem autorizados a entrar no mercado interno. Em 1993, cinco *Local Buying Companies* (LBC) entraram no mercado competindo com a *Produce Buying Company* (PBC), a subsidiária da COCOBOD.

É no início do século XXI, mais especificamente a partir de 2003, que as exportações das sementes de cacau produzidas em Gana passam a crescer de forma consistente, com ganhos médios anuais superiores a 500 milhões de dólares e alcançando o pico de 2,2 bilhões em 2011 (FAO, 2020).

Mesmo com os esforços de uma política econômica neoliberal empregada nas décadas de 1980 e 1990, a economia cacauceira ainda permanece fortemente atrelada aos interesses do Estado, já que o COCOBOD atua, fundamentalmente, na compra do cacau e em sua exportação. Além disso, umas das subsidiárias da empresa – a *Cocoa Research Institute of Ghana* (CRIG) – realiza pesquisas científicas no setor, visando aumentar a sua produtividade e assegurar o controle de qualidade do produto exportado: atualmente, o cacau ganense é considerado um dos melhores do mundo visto que suas sementes são bem fermentadas, secas e livres de doenças, contaminações e outros defeitos de ordem física (QUARMINE, 2012; GHANA COCOA BOARD, 2019).

Diante dessa breve contextualização histórica sobre o cacau na formação socioespacial ganense, interessa agora analisar como esse processo histórico impactou as lógicas contemporâneas dos processos de produção, circulação, distribuição e consumo dessa commodity.

A produção cacauera na formação socioespacial ganense

Tradicionalmente, o cacau é cultivado nas porções centro-sul do território de Gana, de modo que as maiores produções são registradas nas regiões Oriental e Ashanti, apesar de também haver cultivos também expressivos nas regiões Brong-Ahafo, Volta, Ocidental e Central (GHANA COCOA BOARD, 2019). Com relação as condições físico-naturais do terreno, o cacauero:

[...] necessita um solo rico, bem drenado em uma área de pluviosidade entre 1140 e 1955 mm. por ano. A umidade excessiva viabiliza o desenvolvimento de doenças e causa a redução da fertilidade do solo através da lixiviação [lavagem dos nutrientes]. Nas áreas que possuem a quantidade desejada de pluviosidade, a planta prefere terrenos levemente ondulados com uma boa drenagem subterrânea. A sombra é outra exigência importante e as fazendas de cacau são mais produtivas em áreas de florestas altas, onde a plantação é protegida pela sombra das árvores altas (BOATENG, 1959, p.65, tradução nossa).

Assim, a produção do cacau ocorre justamente nas porções da formação socioespacial originariamente ocupadas por floresta tropical. Como assegura Boateng, nessas áreas, as condições pedológicas, geomorfológicas e climáticas são adequadas ao cultivo do cacauero. Vale mencionar ainda que condições semelhantes ocorrem no país vizinho, a Costa do Marfim, permitindo que as suas forças produtivas também se organizem em torno dessa cultura agrícola.

Uma vez plantado, o cacauero leva entre 3 e 4 anos para amadurecer e dar frutos. No período inicial de maturação, os agricultores buscam desenvolver outras culturas alimentares paralelas – como inhame, abacaxi e banana (Figura 1) – destinadas à subsistência e, em caso de excedentes, ao comércio local. Enquanto o cultivo desses gêneros é feito através da técnica de rotação – para garantir a fertilidade do solo –, o cultivo do cacau é permanente e se beneficia da sombra gerada pelos demais cultivos, quando são de estrato arbóreo (Figura 2). De acordo alguns agricultores:

Eu me lembro da minha mãe me ensinando a plantar inhame aqui mesmo. Eu acho bom. Plantar várias coisas mantem a terra [solo] boa e eu não preciso comprar nem inhame nem banana no mercado. Meus filhos mais velhos já sabem plantar tudo. Os mais novos ainda não ensinei. Vou deixa-los brincando no meio da plantação por enquanto. Depois vão ter que trabalhar (Kwesi, agricultor em Adanwomase, entrevista coletada em 2016, tradução nossa).

Algumas vezes nos conseguimos a produção de inhame é tão boa que a gente doa pros vizinhos ou vende no mercado. Com esse inhame nos fazemos uma farinha que faz o fufu [espécie de angu, guarnição na culinária ganense]. Minha esposa é quem faz. Mas o mais importante é são os cacauzeiros. Eu cuido deles bem [...]. Essa terra aqui dá cacau desde os tempos do meu avô e do meu tio. Ela já está produzindo cacau há muito tempo (Kabenla, agricultor em Adanwomase, entrevista coletada em 2016, tradução nossa).

Figura 1. Plantação de bananas em Adanwomase, região Ashanti.



Fonte: Trabalho de campo do autor (2016)

Figura 2. Plantação de cacau em Adanwomase, região Ashanti

Fonte: Trabalho de campo do autor (2016).

Assim, configura-se uma produção agrícola de caráter policultor. O cultivo de espécies distintas são de grande relevância à preservação ambiental, pois permitem uma maior reciclagem dos nutrientes do solo e maiores controle de erosão, sequestro de carbono, riqueza biológica e interação entre fauna e flora, se comparados aos sistemas monocultores (OFORI-BAH e ASAFU-ADJAYE, 2011). Uma vez maturada e estabelecida a plantação dos cacauzeiros, as etapas seguintes da produção demandam pouca mão de obra, que deve garantir a limpeza do terreno e evitar a proliferação de doenças, como a vassoura de bruxa (*Moniliophthora perniciosa*).

Existem diferentes arranjos no que tange à apropriação das forças produtivas na atividade cacauzeira. A propriedade da terra, o acesso a instrumentos e maquinários, bem como os contratos de trabalho revelam a complexidade e a particularidade com que o modo de produção capitalista se desenvolve na formação socioespacial de Gana. Nesse sentido, a dimensão político-cultural também entra como uma variável importante no processo produtivo, já que o usufruto e a propriedade da terra passam, necessariamente, pela avaliação

dos chefes locais. Esses chefes são os descendentes dos reis de épocas anteriores à colonização britânica e que, mesmo destituídos de soberania política na escala nacional, mantiveram uma importância local ou regional associada às práticas religiosas, tributárias e fundiárias. Pode-se dizer que o sistema de contratos fundiários tradicionais

[...] foi estabelecido durante o governo colonial indireto do Reino Unido, no qual direito consuetudinário foi incorporado em um sistema de lei comum através a instituição das *Native Courts*. Essas cortes aplicavam as leis e procedimentos tradicionais no que tange à questão da terra, dos costumes familiares, da dívida, da religião e dos pequenos crimes, somadas às regulações coloniais e às taxações locais. A ideologia da “propriedade fundiária comunal” foi aceita pelo governo colonial britânico, servindo aos interesses dos chefes locais e de seus aliados (KNUDSEN e FOLD, 2011, p.380, tradução nossa).

Esse sistema de contratos foi mantido mesmo após a independência. O direito fundiário é assegurado para todos dentro de determinado grupo étnico: trata-se de uma propriedade comunal na qual os chefes da etnia são os principais guardiões. Assim, o direito ao usufruto da terra – que não pode ser confundido com o direito a sua propriedade – é assegurado aos clãs e aos indivíduos da etnia. É importante ponderar que os nativos adquirem esse usufruto por meio de titulações concedidas logo no nascimento, sem a necessidade de realizar nenhuma espécie de pagamento às autoridades tradicionais. Nesse sistema, os estrangeiros – que são considerados sujeitos de outras etnias – podem adquirir esse usufruto mediante três situações: por terem sido aceitos como membros da comunidade; por terem recebido essa condição de usufruto como presente de algum dos nativos ou; através do meio da compra de uma licença de usufruto (TAKANE, 2002).

O usufruto da terra pelos agricultores que não detêm a titulação concedida pela hereditariedade, que, na maior parte dos casos, são migrantes, oficializa-se através de diferentes contratos de compartilhamento da produção. Os contratos mais comuns são o *nhwesoo* e o *yemayenkye*.

No *nhwesoo*, os inquilinos administram fazendas de cacau já estabelecidas e, em troca, obtêm parte dos lucros derivados da venda da colheita no mercado. Nessas fazendas, eles são responsáveis pela capina, pulverização e colheita do cacau. Caso seja necessário contratar outros agricultores para alguma dessas atividades, o pagamento fica a cargo do próprio inquilino. Caso o titular da terra solicite alguma atividade extra ao inquilino (como plantar inhame, por exemplo), o último é remunerado para isso (a divisão do lucro nesse caso, geralmente, é o *abusa*, que confere 1/3 dos rendimentos ao inquilino). Caso o titular e

o inquilino sejam parentes, a divisão do lucro é o *abunu*, no qual ambos embolsam metade dos rendimentos da produção. É importante destacar que esse contrato não é escrito e dura na medida que ambas as partes estejam de acordo (geralmente dura entre 1 e 6 anos), revelando assim, a força da tradição oral na vida dos habitantes dessa porção da África Ocidental até os dias atuais (TAKANE, 2002).

No *yemayenkye*, por sua vez, os inquilinos são responsáveis por todas as atividades da fazenda e, em troca, recebem metade da colheita do cacau. A diferença desse contrato para o *nhwesso* é que, no último, o titulado funda a fazenda com seu trabalho (ou com o trabalho contratado), enquanto no *yemayenkye* quem faz isso é o inquilino (TAKANE, 2002).

Já no âmbito da força de trabalho, existem quatro contratos que se estabelecem na produção: o trabalho familiar, o trabalho contratado, o trabalho comunal e o trabalho por grupos de troca, conhecido como *nnoboa* (TAKANE, 2002).

O trabalho familiar, especialmente entre cônjuge e filhos, constitui a principal fonte de trabalho. É importante considerar que “tanto o trabalho feminino quanto o masculino são usados em todas as atividades do cultivo, mas os mais árduos – como a limpeza inicial do terreno e o corte das árvores – tendem a ser feitos pelos homens” (TAKANE, 2002, p. 12, tradução nossa). Não existe pagamento de salários nesse caso.

Já o trabalho contratado pode ser anual, diário ou por uma atividade específica. Os dois últimos são mais utilizados nas etapas iniciais do cultivo (em especial na capina do terreno), mas se estendem a todos os tipos de atividades no cultivo em questão. O pagamento varia de acordo com a atividade desempenhada. Já os trabalhadores anuais são pagos anualmente (com uma remuneração menor que a dos demais) e os empregadores lhes oferecem abrigos, instrumentos, roupas e atendimento.

O trabalho comunal é um sistema no qual os agricultores fazem tarefas em outras fazendas. Geralmente, essa mão de obra quebra as vagens e conduz o cacau fermentado para um local seco. A tarefa se realiza em menos de um dia e não há pagamento em salário, apesar de ser oferecida alimentação aos trabalhadores (TAKANE, 2002).

Por fim, o trabalho dos grupos de troca (*nnoboa*) que, aparentemente se assemelham ao trabalho comunal, decorre da formação de um grupo que possui clara filiação entre seus membros (geralmente de cinco pessoas). O trabalho é trocado de forma rotativa e segundo as demandas das fazendas. Há uma tendência de homens e mulheres formarem grupos

nnoboa distintos. Não há remuneração em salário.

Assim, pode-se observar que a força de trabalho utilizada na produção cacaueteira ganense não está estruturada em relações contratuais tipicamente capitalistas (salários), com exceção dos trabalhos contratados. A propriedade comunal da terra associada às relações horizontais de produção revela a complexidade do modo de produção capitalista nessa porção do continente africano.

Grande parte da população que vive nas fazendas e em suas áreas próximas possui acesso à energia elétrica. A irrigação da produção é feita, principalmente, de forma natural, através das chuvas. Em todo o caso, muitas famílias utilizam poços artesianos para obter água para as funções cotidianas básicas. Os meios de produção disponíveis aos trabalhadores são bastante simples e fundamentalmente manuais, sem a utilização de máquinas ou instrumentos mecânicos. De acordo com um dos agricultores:

Todos os nossos equipamentos aqui são simples. Nós fazemos muitos deles com madeira. Quando não dá para fazer, a gente pega emprestado ou compra na cidade [Kumasi]. O processo aqui em Gana é basicamente manual (Kwofi, agricultor em Adanwomase, entrevista coletada em 2016, tradução nossa).

O cacau é coletado manualmente pelos agricultores (Figura 3) a partir do momento em que ele se encontra amarelado nos troncos das árvores. Em seguida, as sementes da fruta são retiradas e envolvidas em folhas de bananeira para serem fermentadas ao longo de uma semana. A etapa final consiste em deixar as sementes secarem sobre uma esteira de madeira e sob o sol (Figura 4). Alguns agricultores de Adanwomase (região Ashanti) asseguram que a reconhecida qualidade do cacau ganense está justamente no fato de que o processo de secagem ocorre naturalmente, sem a utilização de fornos, diferente do que se observa em outros lugares, como na Costa do Marfim.

Ficou amarelo [o fruto] a gente pega da árvore e coloca ali [fala apontando para o cesto]. Isso é um trabalho que a gente aprendeu com os nossos pais e que passamos para os nossos filhos. Depois que a gente tira as sementes, a gente as coloca num canto, cobertas com folhas de bananeira para fermentar. Isso é muito importante e as sementes ficam lá um tempinho. Só depois que vai para esteira para secar com o sol. Tem que ter sol forte, porque seca mais rápido e fica melhor (Kojo agricultor em Adanwomase, entrevista coletada em 2016, tradução nossa).

Eu vou te falar uma coisa. Eles [os marfinenses] podem até produzir mais que a gente. Mas todo mundo sabe que o nosso cacau é melhor. E sabe por que o nosso cacau é melhor? Você sabe? Nosso cacau é melhor porque a secagem é no sol, nas esteiras que a gente mesmo faz. Aqui a gente não seca em forno como eles fazem lá [na Costa do Marfim], então o gosto fica melhor. Pode perguntar para todo mundo que faz chocolate, como a nossa semente é a melhor, com gosto mais natural (Yaw, agricultor em Adanwomase, entrevista coletada em 2016, tradução nossa).

Secar as sementes no sol faz diferença na qualidade e no gosto do chocolate. Aqui as fazendas usam equipamentos mais simples e, por isso mesmo, acabam produzindo um produto de melhor qualidade. Menos sementes que a Costa do Marfim, mas melhores, eu posso garantir. Você tem que ir para Kumasi e comprar o chocolate ganense típico, porque ele é muito superior aos outros que eu já comi (Kabenla, agricultor em Adanwomase, entrevista coletada em 2016, tradução nossa).

Figura 3. Coleta do cacau em Adanwomase, região Ashanti



Fonte: Trabalho de campo do autor (2016)

Figura 4. Secagem do cacau em Adanwomase, região Ashanti

Fonte: Trabalho de campo do autor (2016).

Para além disso, o reconhecimento internacional da qualidade do cacau pode ser identificado não apenas pela secagem natural (ao sol) das sementes, mas também pela fermentação adequada, que garante um produto livre de doenças, contaminações e outros defeitos físicos ou bioquímicos (QUARMINE, 2012). Ao mesmo tempo, contudo, a produtividade da agricultura cacauceira na formação socioespacial ganense é baixa se comparada a de outros países: no começo do século XXI, a produtividade na Malásia chegava a 1800 kg/ha, enquanto em Gana essa relação era de 360 kg/ha (DORMON et. al., 2004).

Ainda que o COCOBOD seja responsável pela oferta de subsídios aos agricultores no sentido de estabelecer o controle de qualidade das sementes destinadas ao cultivo do cacauceiro, a baixa produtividade ainda é presente em fins da segunda década do século XXI e está atrelada aos baixos preços pagos aos agricultores por parte das empresas compradoras (que transportam e comercializam o produto), a ineficiente comunicação entre o Estado e os

agricultores (o que dificulta o acesso à linhas de crédito que poderiam viabilizar a aquisição de insumos e tecnologias modernas) e a precariedade de infraestruturas (como estradas sem manutenção que encarecem o custo do transporte) (KOLAVALLI e VIGNERI, 2011).

Por mais que a produção de cacau já tenha alcançado, desde a década de 1990, a extensão máxima no que tange às áreas aptas ao cultivo, ainda existem possibilidades de ampliar a produtividade na atividade, sobretudo por meio da resolução das questões problemáticas supramencionadas e intensificando a comunicação entre o Estado (e suas empresas, como a COCOBOD) e os produtores.

Circulação, distribuição e o consumo do cacau *made in Ghana*

O cacau produzido destina-se ao mercado interno e externo. É comum que a parcela da produção destinada ao mercado nacional seja comprada, transportada e distribuída por alguma das vinte *Local Buying Companies* (LBC), empresas privadas e, geralmente, pouco capitalizadas que atuam no país e que são devidamente licenciadas pelo Estado. Já a parcela destinada à exportação é vendida ao COCOBOD, que realiza o transporte da commodity em caminhões pelas rodovias do país até o porto de Takoradi, na região Ocidental, por onde a mercadoria é exportada (Mapa 1).

O cacau comercializado internamente destina-se às manufaturas de diferentes níveis de capitalização que produzem pasta, manteiga ou chocolate. Em Gana, a empresa *GoldenTree* tem destaque na produção nacional desses produtos. Esse empreendimento de capital nacional privado foi fundado em 1965 e possui sua fábrica localizada em Tema (região da Grande Acra), onde produz não apenas pasta, manteiga e chocolate (em barra), mas também chocolate em pó, doces e bebidas industrializadas. O mercado consumidor da *GoldenTree* é fundamentalmente nacional, apesar de ocorrerem pequenas exportações para países europeus. Existem ainda empresas de menor porte, as quais possuem produções artesanais de chocolate que alcançam um mercado consumidor fundamentalmente urbano, distribuindo as suas vendas em Acra e Kumasi (GOLDENTREE, 2019).

No que diz respeito ao destino das exportações de sementes de cacau, pode-se identificar principalmente países europeus, americanos e asiáticos. Em 2018 os principais destinos da commodity foram Holanda (22,3%), Malásia (10,5%), Brasil (7,05%), França

(6,6%), Estados Unidos (6,44%), Singapura (5,17%), Japão (5,42%) e Alemanha (4,77%) (OEC, 2020). A partir dessas exportações, as sementes são processadas e transformadas em pasta, manteiga e passam a integrar a cadeia produtiva do chocolate.

Tendo se mantido como segundo principal produtor de cacau do mundo, Gana tem a Costa do Marfim como seu principal concorrente. Contudo, ao mesmo tempo que a Costa do Marfim é o maior produtor e exportador mundial da commodity em questão, a sua formação socioespacial é significativamente mais dependente desse cultivo do que Gana: as exportações de cacau (semente, pasta e manteiga) perfizeram, em 2017, 53% das exportações marfinenses; enquanto isso, em Gana, no mesmo ano, essas exportações perfizeram 14,8% do total nacional (OEC, 2020).

Esses dados revelam a centralidade do cacau na economia da Costa do Marfim, ao passo que, em Gana, o processo histórico viabilizou uma maior diversificação das forças produtivas, especialmente na produção de outras commodities, como ouro, petróleo, bauxita, manganês, madeira e palma (SANTOS, 2018). Tem-se, portanto, que a diversificação das forças produtivas confere menor vulnerabilidade comercial a uma formação socioespacial, especialmente aquela que já possuía pauta de exportações profundamente vinculada à gêneros agropecuários e minerais, como Gana.

Assim, por meio da combinação historicamente forjada entre as forças produtivas e as relações de produção, Gana desenvolveu uma dinâmica atividade cacauera por meio da presença e articulação de diferentes instituições e trabalhadores (agricultores, comerciantes etc.) que garantiram, nas porções tropicais dessa formação socioespacial, uma das produções mais expressivas – e de melhor qualidade – de cacau do mundo.

Considerações Finais

Introduzido no fim do século XIX no território que atualmente é a formação socioespacial ganense, o cacau foi produzido nas porções tropicais do país e tornou-se umas de suas principais commodities. Nas primeiras décadas do século XXI, as suas sementes figuram como o terceiro item da pauta de exportações do país.

Segundo maior produtor e exportador de cacau do mundo, atrás apenas da Costa do Marfim, Gana desenvolveu suas forças produtivas e suas relações de produção de uma

maneira que o cacau fosse cultivado em pequenas propriedades, com o emprego de técnicas artesanais de cultivo e processamento das sementes.

Na atualidade, a compra de cacau fica a cargo da estatal COCOBOD e das empresas privadas LBC, responsáveis pela venda da mercadoria para empresas que processam a semente da fruta em manteiga, pasta ou chocolate por todo o mundo e também no próprio país.

Vale destacar novamente que, por mais que Gana seja a segunda formação socioespacial na produção e exportação de cacau do mundo, a produtividade no país ainda é baixa se comparada aos demais produtores. Esse fato pode ser justificado pelo emprego de técnicas artesanais e manuais de cultivo, pelos baixos preços que são pagos aos produtores (pelas empresas de comércio), pela precária comunicação entre o Estado e os produtores (que dificulta a oferta de subsídios à produção).

Ao mesmo tempo, o cacau ganense é considerado uma mercadoria de alta qualidade no mercado internacional, sobretudo em função do caráter artesanal de sua produção, que lança mão de menos insumos agrícolas e maquinários, os quais diminuem a pureza das sementes apesar de aumentar a produtividade no setor.

Nessa análise sobre a atividade cacaeira desse país da África Ocidental, buscou-se revelar as especificidades dos arranjos das forças produtivas e das relações de produção naquilo que Milton Santos denominou formação socioespacial.

Tais arranjos são estabelecidos historicamente e revelam as particularidades com que os modos de produção se desenvolvem em cada país, dado que está intimamente relacionado não apenas às condições econômicas do território, mas também naturais, sociais, culturais e políticas. Assim, a forma como o cacau é produzido em Gana é resultado da forma como o Estado, os produtores em suas pequenas propriedades, as empresas que comercializam e as empresas que utilizam a commodity como matéria-prima (para produção de manteiga, pasta e chocolate) se articulam entre si e com o próprio espaço geográfico na contemporaneidade.

Referências bibliográficas

- AMOAHA, J.E.K. *Marketing of Ghana cocoa: 1885-1992*. Accra: Jemre Enterprises, 1998.
- BOAHEN, Adu. *Ghana: evolution and change in the nineteenth and twentieth centuries*. Londres: Longman, 1975.
- BOATENG, Ernest A. *A geography of Ghana*. Cambridge: Cambridge University Press, 1959.
- DORMON, E.N.A. et. al. Causes of low productivity of cocoa in Ghana: farmers perspective and insights from research and sociopolitical establishment. *NJAS*. v.52, n.3, 2004.
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/recursos-geneticos-e-biotecnologia/busca-de-imagens/-/midia/4096001/cacau>> Acesso em: 12 ago. 2019.
- FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. Disponível em: <<http://www.fao.org/faostat/en/#search/Cocoa%20Beans%20and%20products>> Acesso em 20 jul. 2020.
- COCOBOD – Ghana Cocoa Board. Disponível em: <<https://www.cocobod.gh>> Acesso em 11 jul. 2020.
- GOLDEN TREE. Disponível em: <<https://www.goldentreeghana.com>> Acesso em: 10 ago. 2019.
- HUTCHFUL, Eboe. *Ghana's adjustment experience: the paradox of reform*. Oxford: James Currey, 2002.
- KNUDSEN, Michael; FOLD, Niels. Land distribution and acquisition practices in Ghana's cocoa frontier: The impact of a state-regulated marketing system. *Land Use Policy*. v.28, n. 2, April 2011, p. 378–387.
- KOLAVALLI, Shashi.; VIGNERI, Marcella. Cocoa in Ghana: shaping the success of an economy. In: CHUHAN-POLE, Punam; ANGWAFO, Manka (Org.). *Yes, Africa can: success stories from a dynamic continent*. Washington D.C.: World Bank, 2011. p. 201-217.
- MIRACLE, Marvin; SEIDMAN, Ann. *State farms in Ghana*. Madison: Land Tenure Center University of Wisconsin, 1968.
- OECD – The Observatory of Economic Complexity. Disponível em: <<https://oec.world/en/profile/country/gha>> Acesso em 10 jul. 2020.
- OFORI-BAH, Adeline.; ASAFU-ADJAYE, John. Scope economies and technical efficiency of cocoa agroforestry in Ghana. *Ecological economies*. v.70, n. 8, 2011.
- QUARMINE, W. et. al. Incentives for cocoa bean production in Ghana: does quality matter? *NJAS*. v.60. 2012.

SANTOS, Kauê Lopes dos. *Pontas em circuito: As inserções de Gana na Divisão Internacional do Trabalho contemporânea*. 2017. 271f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, Kaue Lopes dos. Ouro para fora, lixo para dentro: as inserções de Gana na Divisão Internacional do Trabalho contemporânea e a recomodização da economia. *Geosp: espaço e tempo*, v.22, p.607-622, 2018.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n. 54, AGB, 1977, p.35-59.

SCHLUTER, Thomas. *Geological Atlas of Africa*. Nairóbi: UNESCO, 2006.

TAKANE, Tsutomu. *The cocoa farmers of Southern Ghana: incentives, institutions, and change in rural West Africa*. Chiba: Institute of Developing Economies; Japan External Trade Organization, 2002.

ERRATA

- No *Editorial do dossiê: A inserção dos estudos geográficos brasileiros nos estudos globais*, de autoria de Larissa Alves de Lira, publicado na Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n. 2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *A gênese da geopolítica do capitalismo entre Brasil e Estados Unidos*, de autoria de Raimundo Jucier Sousa de Assis, publicado na Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *As relações de Santa Luzia/MG com a geo-história do Brasil e da economia-mundo capitalista entre os séculos XVIII-XIX*, de autoria de Caio Franco Assunção, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *A economia do cacau em Gana no início do século XXI*, de autoria de Kaue Lopes dos Santos, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *A cooperação internacional e os estudos geográficos: um olhar sobre estratégias Chinesas para a África e a Ásia Central*, de autoria de André Santos da Rocha, Jonathan Christian Dias dos Santos e Pablo Ibañez, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n. 2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *Cooperação Sul-Sul entre Brasil e África utilizando a geopolítica crítica para analisar a construção de hegemonia no caso do Cotton-4+Togo*, de autoria de Gustavo Luiz Xavier de Abreu publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *Cartografias não institucionais da pandemia: Mapeando a dispersão espacial da COVID-19 em Belo Horizonte*, de autoria de Eugenia Cerqueira, publicado na revista Geografias Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *Dinâmica hidrossedimentológica em ambiente fluvial lântico no sudoeste da Amazônia – Rio Branco – Acre: investigação inicial do processo de assoreamento em canal fluvial*, de autoria de Waldemir Lima dos Santos, Pamela Moura da Silva e José Genivaldo do Vale Moreira, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”

- No artigo *Do espaço público de lazer ao espaço público do medo o caso da Praça Waldemar Henrique na cidade de Belém (PA)*, de autoria de Elcivânia de Oliveira Barreto e Simão Bossi Santana, publicado na revista Geografias, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020, no cabeçalho de todas as páginas:

Onde se lia:

“Revista **GEO**grafias, v.28, n.2, 2020”

Leia-se:

“Belo Horizonte, v. 16, n. 2, jul./dez. 2020”